



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

## URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 3/2025

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025.

PARECER ÚNICO				
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Nome: ROMEL ANÍZIO JORGE FILHO		CPF/CNPJ: 094.395.546-73		
Endereço: RUA DOUTOR LUIZ LATERZA		Bairro: INDEPENDÊNCIA		
Município: ITUIUTABA	UF: MG	CEP: 38.300-076		
Telefone: (34) 9.9190-7722		E-mail: francylenfaria11@hotmail.com		
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para item 3    ( ) Não, ir para item 2				
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>				
Nome:		CPF/CNPJ:		
Endereço:		Bairro:		
Município:	UF:	CEP:		
Telefone:		E-mail:		
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: FAZENDA PONTAL		Área Total (ha): 932,5717		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 5.050, 3.731, 44.481, 23.427, 7.622, 33.634, 44.549, 56.813, 61.656, 34.746, 53.273, 52.532, 53.271, 55.444, 55.445, 55.446, 57.415, 59.546, 59.547, 53.272, 53.274, 52.531, 32.527, 30.117, 43.722		Município/UF: ITUIUTABA-MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3134202-10BD.C5B0.438E.4FDC.AF35.CA30.7991.E96A				
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade		
REGULARIZAÇÃO DE INTERV. EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA (DAE CORRETIVO)	0,9965	HA		
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
INTERV. EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA	0,9965	HA	629741	7910965
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)		
Infraestrutura	Barramento	0,9965		
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
ECÓTONO	Cerrado/Mata Atlântica	Inicial	0,9965	
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha nativa de cerrado	Espécies comuns sem proteção	1,00	m³	

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 04/12/2024

Data da vistoria: 18/01/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 24/02/2025

**2. OBJETIVO**

O empreendedor solicita Intervenção em App com supressão de vegetação nativa em 0,9965 ha na Fazenda Pontal com objetivo de construção /ampliação de barra

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado Fazenda Pontal localiza se no município de Ituiutaba e é composto pelas Matrículas N° 3.731, 5.050, 7.622, 23.427, 30.117, 32.527, 33.634 61.656 – do 2° SRI de Ituiutaba - MG.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3134202-10BD.C5B0.438E.4FDC.AF35.CA30.7991.E96A

- Área total: 938,6760 ha

- Área de reserva legal: 83,3056 ha

- Área de preservação permanente: 45,35ha

- Área de uso antrópico consolidado: 802,5612 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 108,02ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-07-61.656, DATADA DE 28/10/2024. ; AV-04-59.547, DATADA DE 19/08/2022.

AV-04-59.546, DATADA DE 19/08/2022. ; AV-04-57.415, DATADA DE 14/01/2022. ; AV-03-56.813, DATADA DE 11/08/2017.

AV-04-55.446, DATADA DE 14/01/2022. ; AV-04-55.445, DATADA DE 19/08/2022. ; AV-04-55.444, DATADA DE 19/08/2022. ;

AV-15-53.274, DATADA DE 05/09/2024. ; AV-07-53.273, DATADA DE 14/01/2022. ; AV-07-53.272, DATADA DE 19/08/2022. ;

AV-08-53.271, DATADA DE 30/10/2018. ; AV-07-52.532, DATADA DE 03/11/2016. ; AV-20-52.531, RL COMPENSATÓRIA DATADA DE 05/09/2024. ; AV-08-44.549, DA1

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( x ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos de vegetação nativa que compõe a área de reserva legal: 8 fragmentos dentro do imóvel.

- Parecer sobre o CAR: O CAR deve ser retificado com as informações atualizadas.

***“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado não correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel e a intervenção requerida”.***

### 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O empreendedor requer Intervenção em App com supressão de vegetação nativa em **0,9965 ha** na Fazenda Pontal com objetivo de construção /ampliação de barrar Parte da área requerida para intervenção em App com supressão já havia sido realizada e foi objeto do A. I. n° 244711/202 em 0,29 ha e que será analisado de form

Taxa de Expediente Intervenção COM supressão de vegetação nativa: 659,96 reais pago em 25/11/2024

Taxa florestal da lenha: 7,39 reais pago em 22/10/2024

### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não está inserida

- Unidade de conservação: Imóvel inserido na Z.A. do RVSTP

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

### 5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agricultura e Pecuária

- Atividades licenciadas: Criação de Bovinos, Bubalinos, Equinos, Muares, Ovinos e Caprinos em Regime Extensivo.

Criação de Bovinos, Bubalinos, Equinos, Muares, Ovinos e Caprinos em Regime de Confinamento.

Culturas Anuais, Semi perenes, Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvipastoris, Exceto Horticultura.

- Classe do empreendimento: 3

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAC

- Número do documento: 23436/2022

### 5.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 18/01/2025 pelos servidores Mauro Moreira e José Maria de Castro do NAR de Ituiutaba.

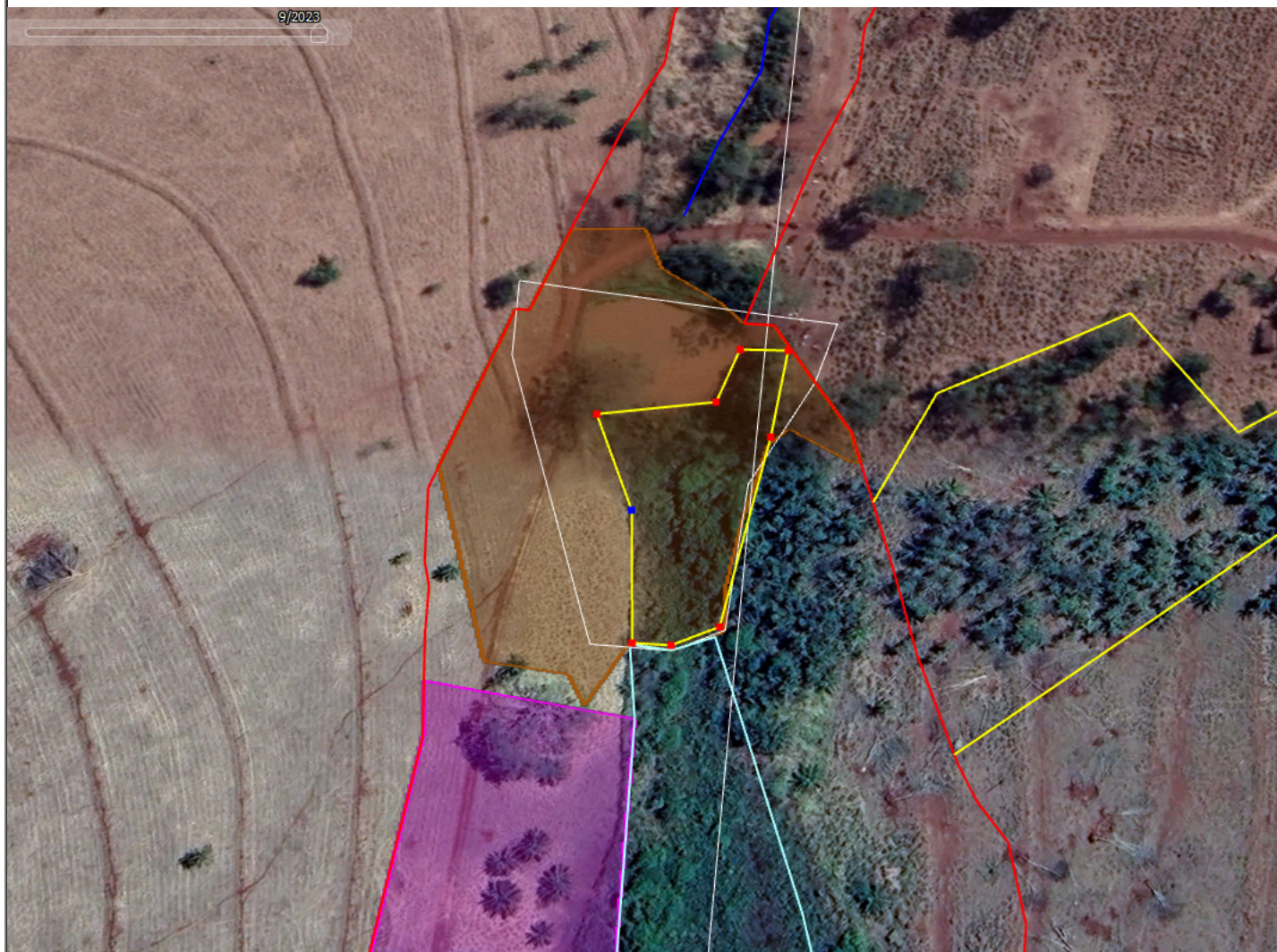
O empreendedor requereu Intervenção em App com supressão de vegetação nativa em **0,9965 ha** na Fazenda Pontal com objetivo de construção /ampliação de barram

Foi constatado que a intervenção já foi realizada e objeto de auto de infração numa área estimada em 0,29 ha conforme A. I n° 244711/202 anexo ao processo; o auto j;

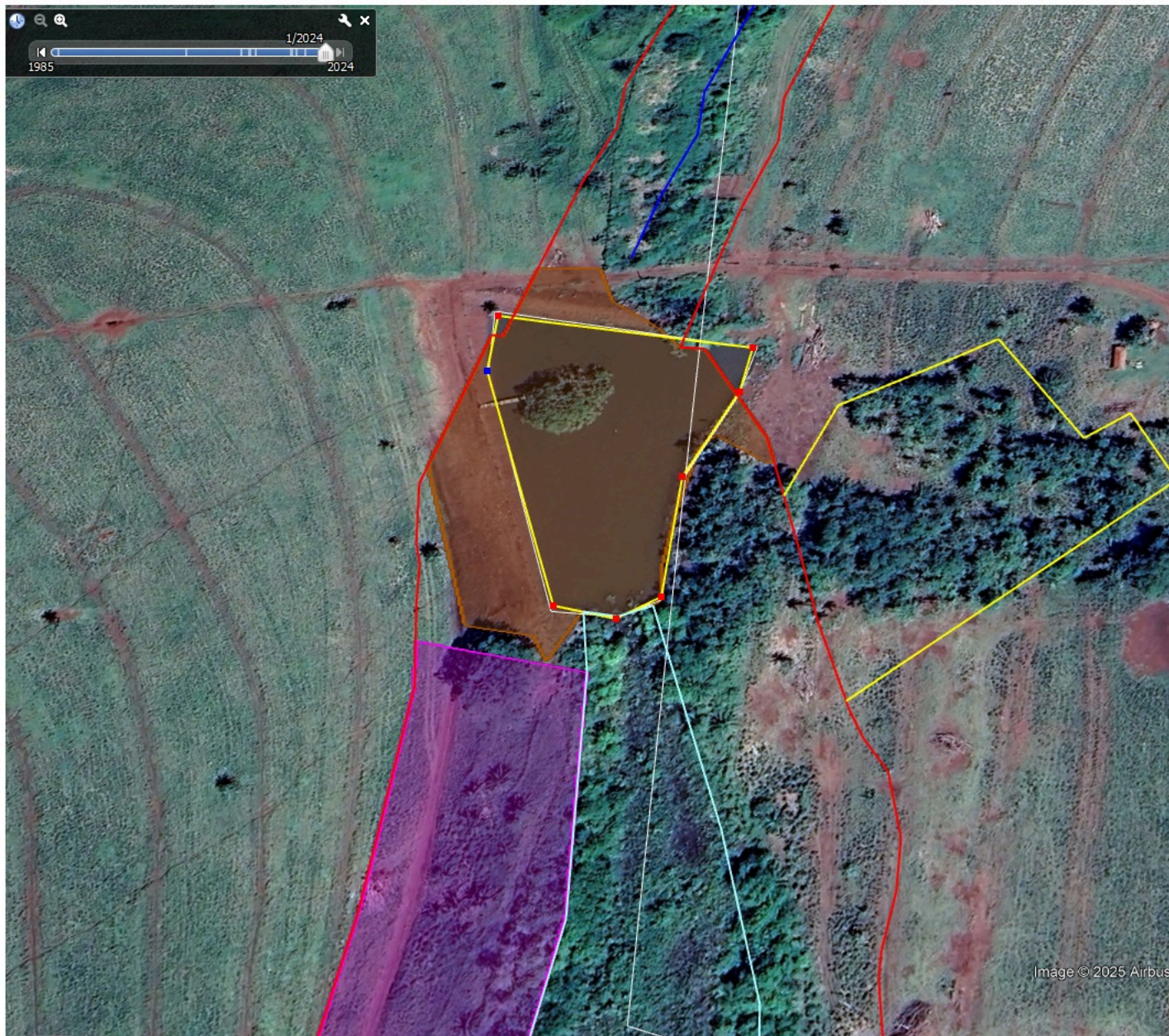
A área total de intervenção requerida é de 0,9965 ha, conforme imagens capturados no Google earth, a área com vegetação nativa condiz com o auto de infração (imagens totalizam 0,9965 ha de acordo com os estudos apresentados).

A finalidade da intervenção é para dessedentação de animais, consumo humano e perenização do curso d'água, se trata de intervenção de baixo impacto e com previsão de 1

A vegetação suprimida foi caracterizada como em estágio inicial de regeneração conforme PIA com respectiva Art. do profissional responsável.







#### 5.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plana a levemente ondulada

- Solo: Latossolo vermelho argilo arenoso.

- Hidrografia: Composta por várias nascentes e vertentes sem denominação, localizada na microbacia do Ribeirão dos Patos e pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Pa

#### 5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Característica do ecossistema do Cerrado, com espécies de ocorrência em áreas úmidas e matas ciliares com desenvolvimento inicial.

#### 5.4 Alternativa técnica e locacional:

Trata-se da única alternativa locacional, já que existia um antigo barramento no local.

### 6. ANÁLISE TÉCNICA

Foi requerida Intervenção em App com supressão de vegetação nativa em **0,9965 ha** na Fazenda Pontal com objetivo de construção /ampliação de barramento para Conforme vistoria e análise na documentação e estudos anexos ao processo, parte desta área com 0,29 ha trata-se de intervenção em caráter corretivo; em local para o qual o empreendedor cumpriu a exigência de regularização do Auto de Infração, que foi quitado e apresentou a proposta de compensação pela intervenção conforme P. Apesar da área requerida ser superior à do auto de infração, a área solicitada é passível de deferimento levando-se em conta que a vegetação suprimida foi de acordo com a legislação vigente. Trata-se de intervenção prevista na legislação vigente.

Desta forma, somos favoráveis ao Deferimento Total do requerimento para Intervenção em App com supressão de vegetação nativa em 0,9965 ha na Fazenda Pontal.

#### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Supressão de vegetação nativa.



Medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação existentes nesta propriedade;
- Deverá preservar e conservar os remanescentes florestais e recursos hídricos;
- Deverá apresentar um PTRF para recompor uma área de preservação permanente de 0,9965 ha.

**7.CONTROLE PROCESSUAL****I. Relatório:**

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo Empreendedor Romel Anízio Jorge Fi *intervenção em App com supressão já havia sido realizada e foi objeto do A. I. n° 244711/202 em 0,29 ha e que será analisado de forma corretiva*), na Fazenda P 55.446, 57.415, 59.546, 59.547, 53.272, 53.274, 52.531, 32.527, 30.117, 43.722), localizada no município de Ituiutaba/MG, referente à regularização do auto de infra

2 – A propriedade possui área total de 932,5717ha e a reserva legal está averbada, preservada, dentro da propriedade, conforme informado nos autos e no CAR. sináflor.

3 – A intervenção a ser regularizada tem por finalidade a construção/ampliação de barramento para dessedentação animal e perenização de curso d'água que foran de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzirão efeito após sua obtenção.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como passível de licenciamento ambiental na modalidade “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, requerimento, matrículas, documentos da requerente, mapas, PIA, PTRF, estudo de i infração e comprovante de quitação, termo aditivo ao TAC referente ao auto de infração 244711/2023 e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do pr

**II. Análise Jurídica:**

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de regularização nos seguintes moldes: intervenção em APP com supressão de vegeta *244711/202 em 0,29 ha e que será analisado de forma corretiva*), uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes. Lembrando que a propriede estágio inicial, conforme informado no parecer técnico. Ademais, encontra-se fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade baixa vulnerabilidade natu

7 - É importante ressaltar que foram cumpridos os requisitos constantes no art. 13 do Decreto Estadual nº. 47.749/2019, pois foi apresentado comprovante de quita

8 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a fu proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tei

9 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas e

10 - Entende-se por **interesse social**: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle d praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e n culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; e) a implantação de instalações necessé atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; **g) a implantação da infraestrutura n d'água**; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locais II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

11 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o Requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

12 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obr

13 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá s

**III) Conclusão:**

15 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Proc seguintes moldes: intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,9965ha (*Parte da área requerida para intervenção em App com supressão já hav mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada* (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com a validade da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.**

**Ressalta-se que, as autorizações para intervenções em área de preservação permanente passíveis de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzi**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, com base nas técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/c

É o parecer, s.m.j.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do r 244711/2023, na Fazenda Pontal.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,11ha, tendo como coordenadas de referência 597172 x

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

NÃO SE APLICA

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Inter

Item	Descrição da Condicionante
1	“Executar o Projeto Técnico de Recuperaçã PTRF – apresentado anexo ao processo, em 0,11ha, tendo como coordenadas de referênc 597172 x; 7877395 y (UTM, Sirgas 2000), n modalidade DE ENRIQUECIMENTO, nos p estabelecidos no cronograma de execução.”

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da dat Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA


( ) COPAM / URC    ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER


Nome: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ  
CPF: 044.984.666-08  
Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JR  
MASP: 1080604-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER

Nome: Dayane Aparecida Pereira de Paula  
MASP: 1217642-6



Documento assinado eletronicamente por Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a), em 11/04/2025, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por José Maria Castro Júnior, Coordenador, em 22/04/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Mauro Moreira de Queiroz, Gerente, em 22/04/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **111266870** e o código CRC **2552BECD**.